

Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Financeiro**

ESPELHO DE CORREÇÃO

QUESTÃO 1

OBS: Todos os itens do quesito devem ser avaliados pelo conjunto da resposta, com atribuição de nota de 0 a 1 (decimais) em cada um dos subitens

O candidato deverá demonstrar segurança no domínio dos principais conceitos do regime das receitas públicas, em especial das receitas originárias, e, em alguns aspectos, correlacioná-las com a questão federativa. Quando couber, será bem-vinda a menção aos dispositivos da Constituição e a decisões do STF.

1. A distinção deve se basear em critérios doutrinários, expondo conceitos e definições, com exemplos de cada espécie.
2. A resposta deve explicitar a aplicação do Princípio da Reserva Legal com os dois tipos de receitas, mencionando quando deve ser aplicada a um e a outro.
3. A correlação entre os dois tipos de receitas originárias e derivadas devem ser compreendidas na interação com o federalismo. A redução da receita tributária dos Estados diminuiu o preço do produto, aumentando o consumo e o lucro da estatal. De igual modo, a redução das contribuições ao PIS/COFINS. Logo, a União, acionista da Petrobras, lucrou mais, em face da maior venda, à custa das receitas estaduais e da própria previdência social. A resposta deve correlacionar os dois tipos de receita, originária e derivada, e seus respectivos sujeitos ativos. Se vincular com o caso concreto ocorrido em 2022, quando a União reduziu a tributação dos Estados, será muito mais precisa a resposta.
4. Aqui devem ser entrelaçados aspectos do federalismo patrimonial e a questão dos royalties do petróleo marítimo. Existe forte debate jurisprudencial a respeito, envolvendo Estados Costeiros e Internos. A resposta deve demonstrar conhecimento acerca da matéria federativa e a questão envolvendo as receitas originárias previstas no art. 20, §1º, CF.

QUESTÃO 2:

OBS: Todos os itens do quesito devem ser avaliados pelo conjunto da resposta, com atribuição de nota de 0 a 1 (decimais) em cada um dos subitens

O candidato deverá demonstrar segurança no domínio dos principais conceitos do regime das despesas e da dívida pública e, quando couber, será bem-vinda a menção aos dispositivos legais e constitucionais, além de decisões jurisprudenciais.

1. Resposta conceitual, a fim de distinguir as duas espécies de gastos públicos, sendo que a dívida decorre de ingressos anteriormente efetuados.
2. A distinção passa pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 30, §7º), que considera como dívida apenas os precatórios não pagos no prazo legal, sendo os demais considerados como despesas. Será bem-vinda a contestação a tal distinção.
3. Tais ECs modificaram substancialmente o sistema de pagamento de precatórios, acarretando sua limitação ao Teto de Gastos, gerando um acúmulo anual até o ano de 2026, o que deve ser explicitado na resposta, junto com os detalhes procedimentais alterados para seu novo regime.
4. O art. 63 da Lei 4320/64 estabelece que a liquidação da despesa, após regular empenho, gera direito adquirido para o contratante. Logo, a resposta deve explicitar esse procedimento público de contratação. Há polêmica sobre a necessidade de o pagamento ocorrer através de precatório, devendo o candidato discorrer sobre a mesma, a fim de demonstrar seu conhecimento sobre a matéria.